

===== **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMEIS REALIZADA NO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 2017:** *Aos dezasseis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Oliveira de Azeméis e sala de reuniões, no edifício da Câmara Municipal (antigo liceu) sito à Rua António Alegria, n.º 184, reuniu ordinariamente, o Executivo Municipal, sob a Presidência do Senhor **Dr. António Isidro Marques Figueiredo**, Presidente do mesmo, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Dra. Gracinda Rosa Moreira de Pinho Leal, Dr. Ricardo Jorge de Pinho Tavares, Dr. Pedro João Alves de Carneiro Marques, Dra. Maria Manuela Ferreira da Costa Pinho, Eng.º Joaquim Jorge Ferreira, Helder Martinho Valente Simões, Dra. Ana Maria de Jesus Silva e Dr. Manuel Alberto Marques Dias Pereira.*** =====

===== *Secretariou a presente reunião, a Secretária do Executivo Gisela Celeste de Pinho Rodrigues.* =====

===== *Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram 09h e 40m.* =====

===== **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** =====

===== *Dando início à reunião o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Dr. Manuel Alberto que fez a seguinte intervenção: Senhor Presidente, são assuntos já abordados em reuniões anteriores. Primeiro assunto, caminho da Rua dos Cavaleiros. Este dossier é antigo e não tem sido muito claro. Não tenho, como cidadão, particular interesse em utilizar aquela rua, mas gostaria que pudéssemos dar uma resposta clara aos utilizadores habituais. Senhor Presidente, vou fazer um pequeno relato do que falamos aqui durante cerca de cinco anos sobre este assunto: esta é uma rua que tem utilidade, que pode fazer algumas ligações importantes na zona de S. Tiago, particularmente para o Grupo de Escuteiros, que não pode utilizar essa rua porque foi colocado um portão. O Senhor que colocou o portão diz que é proprietário do terreno e que não vai permitir que passem pela sua propriedade. Caso a propriedade seja sua, o senhor tem todo o direito de impedir que as pessoas utilizem esse caminho, que é uma rua, tem iluminação pública, foi intervencionada pela autarquia, foi-lhe atribuído um topónimo e é identificada como uma via pública. Senhor Presidente, gostaria de ter acesso ao parecer da Arqt.^a Filomena Farinhas sobre essa rua, parecer que já foi falado aqui mas ao qual ainda não tivemos acesso. Pedia que nos facultasse esse parecer para podermos avaliar essa matéria em termos mais objetivos e de acordo com aquilo que os técnicos entendem. Segundo assunto, Margens do Caima. Eu sei que ainda estamos no inverno, que é um problema complexo, que não vamos resolve-lo hoje. De acordo com o dossier que nos entregou*

na última reunião, um dossier com o levantamento dos problemas, posso dizer que passei no local este fim-de-semana e verifiquei que os problemas aumentaram, pois caíram árvores e partiram mais um gradeamento. Senhor Presidente, é necessário uma solução para este problema, deveríamos reunir com os técnicos para fazermos um balanço daquilo que é necessário fazer já e depois ver o que é necessário e possível fazer no futuro com os recursos disponíveis. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Primeira questão, saber se nos vai facultar a resposta aos requerimentos que foram apresentados. Segunda questão, não tenho conhecimento de que a proposta de regulamento de estacionamento à superfície aqui aprovada tenha entrado já em vigor. Deveríamos ter feito todos os esforços para que entrasse em vigor no início de 2017. Perceber o que é que está a atrasar o processo, que contempla uma série de benefícios para os munícipes e, portanto, faria todo o sentido que vigorasse o mais cedo possível. Terceira e última questão, o ano passado já abordei esse assunto e na altura o seu antecessor deu uma resposta que classifiquei como extremamente infeliz e espero que não tenha a mesma opinião. Nós temos um contrato com os Sapadores Florestais para a defesa da floresta contra incêndios, mas fico muito incomodado quando os vejo a limpar valetas, a fazer trabalhos das equipas de cantoneiros quando devem trabalhar na floresta. Não é esse o objeto do contrato. O Senhor Presidente esclareceu: Os Sapadores Florestais são obrigados a fazer uma faixa de dez metros ao eixo da via e é isso que estão a fazer, a limpeza das faixas da gestão de combustível. Posteriormente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Gracinda Leal que disse: Destacar alguns eventos culturais: 11/02 - O Cineteatro Caracas recebeu um dos mais conceituados Maestros da atualidade para apresentar o seu mais recente trabalho "ENSEMBLE". Além de maestro, Rui Massena é compositor, é pianista e os seus trabalhos têm vindo a levá-lo ao primeiro lugar do top de vendas nacional. O trabalho foi apresentado no Caracas, devidamente acompanhado pela sua orquestra de cordas, e permitiu despertar na plateia emoções bastante interessantes, o que demonstrou a qualidade deste músico na ligação e interação que tem entre a música e as pessoas. Foi emocionante ouvir a plateia nos momentos interativos que Rui Massena propôs nessa noite no Caracas. De 04/02 a 26/02 – Na Galeria Tomás Costa está a decorrer a exposição de pintura da artista oliveirense Elisabeth Leite, com o título "Eu Aqui!". É licenciada em pintura, mas também tem pós-graduações e mestrado em Comunicação Estética e é uma pintora que realiza exposições individuais e coletivas desde 2004. A sua obra já foi distinguida com vários prémios nacionais. Neste âmbito da programação cultural, dar nota de que pela primeira vez na história do município conseguimos apresentar a programação cultural para o primeiro semestre ao nível do nosso equipamento do Cineteatro Caracas. Dizer-vos que este equipamento tem vindo a crescer em termos de número de eventos e também de utilização, no ano passado tivemos 62 eventos que trouxeram àquele espaço mais de vinte e cinco mil pessoas. Foi um marco na história daquele equipamento nos últimos anos por ter ultrapassado os 25000 utilizadores. A programação cultural está definida, há programas que vão ter continuidade: o Ciclo da Primavera, que vai ter início no dia 11 de março com o

concerto dos Amor Eletro; e “Há Domingos Assim”, porque entendemos que é um programa que pode lançar semente para a criação de novos públicos. Esta minha intervenção visa realçar as potencialidades da nossa programação cultural, cumprindo assim uma das metas do Plano Municipal da Cultura, que visa proporcionar a oportunidade de apresentação de novos trabalhos, com vista a captar produções musicais, culturais e outras que de outra forma não estariam ao alcance dos nossos munícipes. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Há quinze dias falei sobre a má gestão dos dinheiros públicos na requalificação das vias, dando como exemplo a via de acesso aos Escuteiros, em Cucujães. Ainda tinha alguma esperança que se acionasse o direito da garantia de reparação, mas tal não aconteceu. Continuamos a manter esta postura de completo desinteresse na forma como aplicamos os dinheiros públicos. E sobre isto, aproveito para falar sobre a obra que foi feita junto ao novo estádio municipal: o passeio junta à estrada que termina com um grande espaço, tudo isso em calçadas portuguesas. Se passarmos lá agora verificamos que a pedra nesse espaço está toda levantada, com abatimentos de terra em vários sítios. Está na altura de reequacionarmos a nossa conduta, exigindo a quem faz as obras que as façam com o mínimo de qualidade, garantido que a mesma se mantenha em bom estado num período bem superior a um mês. Nem uma, nem outra obra duraram um mês, devemos exigir a requalificação destas duas obras. Um outro assunto, prende-se com o anúncio sobre a programação do Ciclo da Primavera e da requalificação do Caracas. Na conferência de imprensa, foi anunciado o convite a dois arquitetos do concelho para a requalificação do Cineteatro Caracas e percebi que se mantém a ideia peregrina de requalificar a sala por quatro milhões de euros. Agora, gostava de perceber que indicações é que nós demos aos arquitetos: que obras queremos no edifício? Que sala é que nós queremos para o nosso concelho, se uma sala de trezentos, quatrocentos, quinhentos ou seiscentos lugares? Gostaria pois, de saber quais foram as linhas orientadoras que demos aos senhores arquitetos e se tivemos a preocupação de lhes transmitir todos os problemas levantados pela Direção Geral de Espetáculos, nomeadamente alguns problemas sobre a acessibilidade. Na última vez que falamos sobre este assunto, veio à reunião a Arqt.ª Filomena Farinhas com um esboço do projeto, ou seja, daquilo que se pretendia para a sala. Não sei o que foi feito desse esboço e se ele serviu para alguma coisa. Gostava de mais esclarecimentos sobre este assunto. Pelo Senhor Presidente foi concedido o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge Ferreira que fez a seguinte intervenção: Primeira nota, tem a ver com os arquitetos que foram convidados para apresentarem um projeto para a requalificação do Cineteatro Caracas. Espero que um desses arquitetos seja o Luís Pedro Silva, se não foi acho que devemos fazê-lo. É um arquiteto oliveirense que acaba de ver um edifício seu, o Porto de Leixões, classificado na categoria de Arquitetura Pública como edifício do ano, como um dos melhores edifícios do mundo e esse é um trajeto que culmina uma sequência de prémios já atribuídos ao longo do ano a este edifício. Essa seria uma excelente forma de o homenagear, convidando-o a participar na elaboração de um projeto para o nosso concelho ficando assim a qualidade do seu trabalho e o seu nome ligado ao concelho de onde é natural. Também deixar a

nota de que este processo não tem sido conduzido como devia, ou seja, o executivo não teve oportunidade de debater com profundidade este dossier, para que pudéssemos discutir o que consideramos ser a resposta pública que aquele edifício deve dar na área para o qual o prevemos, ou seja, na área da cultura. Também continuo sem perceber por que é que nós ao abrigo desta possibilidade de majoração de 10% no valor da candidatura para projetos inscritos no PEDU/ PERU não fizemos um esforço, até 15 de fevereiro, para investir seiscentos mil euros para ir buscar mais quatrocentos mil euros. Era algo que nós devíamos ter equacionado e devíamos ter preparado atempadamente, tanto é que esta possibilidade fecharia no final do ano e foi prolongada até ao dia 15 de fevereiro. Na reunião onde abordamos esta questão, pedimos uma relação dos projetos que a Câmara tinha e que poderiam ser valorizados ao abrigo desta possibilidade e o único projeto que foi referido foi o das ciclovias. Gostaria de perceber se temos, ou não, mais projetos neste momento que ao abrigo do PEDU/ PERU possam ser majorados nestes 10%. Esta majoração é absolutamente substancial, porque se nós tivermos um programa estratégico de reabilitação urbana de trinta milhões de euros, mais três milhões de euros é significativo e, portanto, saber que projetos estão em causa. Segunda nota, tem a ver com a eternização do processo do Café Arcádia, bem no centro da cidade, numa zona nobre da cidade. Perceber qual o ponto da situação, depois de um processo longo e moroso surgiu uma decisão, mas depois não houve mais nenhum desenvolvimento e é importante que se faça alguma coisa naquele espaço. Terceira nota, Wuhan Industries, perceber se já existe alguma luz ao fundo do túnel, se já existe por parte do investidor uma manifestação de intenção e de um prazo para concretizar essa intenção. Pretendemos que as obras continuem, que a empresa se instale, que os postos de trabalho sejam criados e que a riqueza comece a ser gerada. Uma outra nota, Senhor Presidente, tem a ver com as taxas de cobertura da rede de água e saneamento. Saber, ao abrigo dos investimentos que andam a ser feitos pela Indagua, que taxas de cobertura é que nós prevemos ter no final deste ano. Falando novamente na questão dos prédios no Bairro de Lações, o que lá se passa é algo que não nos dignifica e é motivo de preocupação. É preocupante vermos os edifícios naquele estado de degradação: paredes num estado lastimável; infiltrações sérias em vários apartamentos porque os terraços estão com a tijoleira partida; ferros expostos em vários pontos dos prédios; ausência total de investimento na caixilharia e no telhado, coisas básicas que são da obrigação e da responsabilidade de um senhorio, neste caso da Câmara Municipal. Nós temos intervenções num conjunto de discursos que apontam para a preocupação e valorização das pessoas e depois temos este tipo de comportamento reiterado ao longo dos anos. Se temos dinheiro para fazer um conjunto de eventos, temos que ter dinheiro para atender e responder àquelas pessoas. A Câmara de vez em quando faz algumas intervenções a pedido dos moradores, mas o que é um facto é que aquelas intervenções acabam por ser meros paliativos. Porquê? Porque os problemas estruturais e de infiltrações subsistem. Não podemos protelar mais esta situação, naturalmente que não podemos fazer tudo de uma vez, mas podemos começar a resolver os problemas mais sérios: telhado, impermeabilização das paredes, ou seja, investir ali algum dinheiro para pelo menos preservarmos o nosso património

e permitir que as pessoas vivam com um mínimo de condições e dignidade naquele espaço. Os edifícios que são propriedade da Câmara estão num estado de abandono e isso é algo que nós devemos naturalmente contrariar. Uma última nota, sobre algo que foi dito em relação às vias e às garantias das mesmas. Nós não somos efetivamente um município com uma prática de acionar garantias para exigir responsabilidades a quem executa serviços para a autarquia. Eu convido os colegas a olharem para a Rua Ernesto Pinto Basto, que é uma rua que foi intervencionada recentemente, nas últimas eleições autárquicas. O piso está a estalar todo, está a abrir, e eu pergunto se não é passível de vermos acionada uma garantia para que seja requalificada novamente. Não faz sentido que de três em três, ou de quatro em quatro anos, estejamos a intervir em vias que receberam requalificações profundas, como é o caso daquela. Senhor Presidente, perceber se podemos imputar responsabilidades ao empreiteiro. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Fazer referência à visita da Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Administração Interna ao nosso município, com a intenção de visitar o posto da GNR de Cucujães e as novas instalações disponibilizadas pela Junta de Freguesia de Cucujães para aí instalar o Posto da GNR. Por insistência da autarquia, tivemos uma reunião prévia com a Senhora Secretária de Estado, com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Arouca e do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, no sentido de se falar do Posto da GNR de Cesar. Depois da visita a Cucujães, a Senhora Secretária de Estado disponibilizou-se também para visitar o Posto da GNR de Cesar. Disponibilizou-se também para em conjunto com as autarquias, neste caso a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Cesar, encontrar uma solução que venha a ter uma sequência idêntica àquela que está, ou que se prevê estar a acontecer, para Cucujães. Posteriormente a essa visita foi-nos solicitado o levantamento do existente e as peças desenhadas do edifício das antigas finanças. Este dossier está a ser elaborado pelos técnicos da Câmara Municipal e logo que esteja concluído será enviado para os serviços da Secretaria de Estado. Referir ainda que no próximo sábado vai sair às ruas da cidade o Carnaval Infantil, durante a tarde. Aproveito também para entregar a resposta ao vosso requerimento e dar-vos conhecimento de uma carta que nos foi dirigida pela arqueóloga Sara Filipa Silva, relativamente às obras do Cruzeiro. O Senhor Presidente prestou os seguintes esclarecimentos: Relativamente à intervenção do Vereador Dr. Manuel Alberto, a indicação que eu tenho em relação à Rua dos Cavaleiros, é que neste momento se trata de uma rua privada. Este assunto já foi discutido em Assembleia de Freguesia e foi considerada como tal. Quanto às Margens do Caima, os estragos são sempre de lamentar, são prejuízos. Podemos agendar uma reunião com os técnicos que fizeram o estudo para apresentarem uma solução, que pode não ser a ideal em termos daquelas que são as grandes intervenções necessárias, mas fazer uma intervenção minimalista no sentido de tornar o espaço mais apresentável e mais utilizável para o investimento que lá está feito. Em relação à intervenção do Vereador Helder Simões, a contratação dos sapadores florestais e a limpeza das ruas, já esclareci aquele que é o entendimento, ou seja, umas das suas funções é a gestão das faixas de combustível. Quanto ao regulamento do estacionamento à superfície, o Vereador Dr. Ricardo Tavares já referiu que

houve um atraso na publicação no Diário da República. Relativamente à intervenção da Vereadora Dra. Gracinda Leal, dizer que o número de utilizadores do Cineteatro Caracas tem vindo a crescer de ano para ano. Ainda sobre o Cineteatro Caracas, dizer que o objetivo e o âmbito daquilo que foi solicitado aos arquitetos tem a ver com o respeito por aquilo que é aquela casa, a sua tradição em termos da grandeza e da grandiosidade. Evidentemente que ninguém está a pensar em fazer com que aquela sala continue a ser o Cineteatro criado nos anos 60, mas sobretudo adaptá-la àquelas que são as exigências dos dias de hoje, nomeadamente: conforto, comodidade, acessibilidade e segurança. Lançamos as ideias e esperamos que na reunião de 30 de março seja possível apresentar o esboço inicial daqueles que são os critérios e o que foi conceptualizado pelos arquitetos convidados. Miguel Sousa, é um Arquiteto Oliveirense, não está a viver em Oliveira de Azeméis, mas vivenciou muito daquilo que é a vida de Oliveira de Azeméis. Neste momento, reside nos Estados Unidos e nos finais de março estará em Portugal, altura em que virá à reunião de Câmara apresentar o esboço inicial, que será sujeito às nossas opiniões e sugestões no sentido de ainda melhorar esse projeto. Nessa mesma altura, far-se-á uma sessão pública para todos os que quiserem participar. Quanto à questão das garantias relativas às estradas, evidentemente que teremos de procurar saber junto dos empreiteiros se podemos exercer essas garantias e se for o caso acioná-las. Relativamente à questão da majoração e dos projetos que poderão beneficiar dessa majoração, ainda não tenho essa informação. Tenho a informação relativamente a todos os projetos do último Quadro Comunitário (QREN), que estamos praticamente a fechar mas com algumas dificuldades, nomeadamente no que diz respeito ao Berço Vidreiro. Posso disponibilizar-vos a informação que tenho e que tem a ver com o balanço final da execução do QREN 2007/2013, documento que tem todas as obras que foram realizadas ou que estão em vias de serem fechadas. Relativamente ao Café Arcádia, a informação que tenho é que o proprietário pretende reabrir o espaço. Sei que está em negociações com o sócio, ou possível sócio, para concluir as obras e explorar o espaço. Dizer que temos prevista uma requalificação quer do espaço mercado municipal, quer do espaço salão nobre, que terá que ter o devido enquadramento com aquilo que for o espaço destinado ao Café Arcádia. Temos de perceber até onde o proprietário quer ir, se tem ou não possibilidade de fazer a exploração de um café enquanto tal, ou se porventura, é uma hipótese que também pode ser colocada, quer desistir desse processo e quer de alguma forma chegar a acordo com a Câmara Municipal. São questões que estão em aberto, embora tenha manifestado intenção de continuar com o projeto, mas temos de perceber também o enquadramento desse projeto, de acordo com aquilo que são as intenções de reabilitação aquele espaço, que inclui o Mercado Municipal, o Salão Nobre e a Praça José da Costa. Relativamente às taxas de cobertura de água e saneamento até ao final do ano, não tenho essa informação aqui. Informar que para a semana tenho reunião com a Comissão de Acompanhamento e a Indaqua e poderei pedir algumas informações sobre qual o ponto de situação. Quanto ao Bairro de Lações, neste momento temos os projetos praticamente concluídos, do ponto de vista daquilo que é a reabilitação do espaço. Espero em breve trazer aqui a técnica da Câmara Municipal para

apresentar os trabalhos já realizados e a realizar, sendo certo que ainda faltam trabalhos de projetos de especialidade. Sobre a Wuhan Industries, não tenho mais informações, compraram os lotes, pagaram e agora estamos a aguardar. Ainda Relativamente ao projeto de requalificação do Cineteatro Caracas, o Eng.º Joaquim Jorge disse: Gostaríamos de ter discutido o caderno de encargos que apresentamos a esses arquitetos, antes de sermos confrontados com o projeto. Sendo um equipamento com esta importância, naturalmente que faria sentido que tivéssemos discutido em sede de executivo o número de lugares, questões de acessibilidades, questões da área envolvente como o estacionamento. Seria muito importante que tivéssemos aqui a oportunidade de conversar sobre isto antes de avançarmos para coisas mais concretas. O Senhor Presidente esclareceu: Será aberto a discussão em sede de executivo. O Arqt.º vai apresentar o conceito que prevê para o projeto tendo em conta a sua tradição. A ideia é a partir desse esboço acrescentarmos valor ao projeto. Gostava que fosse feito em dois momentos, em reunião do executivo e numa sessão, se calhar no próprio dia na Biblioteca Municipal, de modo a que quem estivesse interessado pudesse assistir à apresentação e acrescentar sugestões, acrescentar valor ao projeto. É um projeto que faz parte do nosso imaginário, da nossa infância, da nossa adolescência, é um espaço que devemos acarinhar e dar uma outra dimensão que não aquela que tem neste momento, o que de alguma forma nos sensibiliza para que se faça o mais rapidamente possível alguma coisa para dotar o espaço de condições. =====

===== **ORDEM DO DIA** =====

===== *A Câmara tomou conhecimento da lista dos contratos plurianuais celebrados ao abrigo da autorização genérica da Assembleia Municipal (janeiro/ dezembro 2016) e da lista dos contratos de aquisição de serviços celebrados em janeiro de 2017 – n.º 4 do art.º 49 da LOE 2017, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== **APROVAÇÃO DE ATA:** *O Senhor Presidente colocou à votação a ata n.º 96, a qual foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **AÇÃO SOCIAL** =====

===== **II PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS 2017/2019 – APROVAÇÃO (I/10498/2017):** *Pela Vereadora Dra. Gracinda Leal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A conclusão da implementação do I Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis 2014-2016, aprovado na Reunião de Assembleia Municipal de 27/12/2013 (I/95702/2013), apresentando resultados e impactos*

bastante positivos nas várias áreas de atuação que o mesmo contemplou, quer na sua vertente interna, quer na externa, promovendo melhorias e avanços significativos ao nível da integração da dimensão da igualdade de género e na adoção de condutas e práticas mais socialmente responsáveis; - Que compete à Câmara Municipal “Assegurar a integração da perspetiva de género em todos os domínios de ação do município, designadamente através da adoção de planos municipais para a Igualdade” (alínea q), do nº 1 do art.º 33 do Anexo I, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro); - O reconhecimento público da atuação municipal, em 24.10.2016, com a atribuição do Prémio “Viver em Igualdade” – uma distinção da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), que distingue aqueles municípios que desenvolvam boas práticas na integração da dimensão da Igualdade de Género, Cidadania e Não Discriminação, quer na sua organização, que nas atividades por si realizadas e promovidas. Considerando, ainda: - O trabalho desenvolvido internamente na implementação e dinamização dos respetivos Planos de Ação, bem como na monitorização do diagnóstico organizacional, através do Grupo de Trabalho Interno (GTI), multidisciplinar, integrador das dimensões da “Cidadania, Igualdade de Género, Não Discriminação e Responsabilidade Social” no MOA; - A aposta do Município de Oliveira de Azeméis em dar continuidade a uma intervenção cada mais efetiva no âmbito da Cidadania, Igualdade de Género, Não Discriminação e Responsabilidade Social, aumentando a eficiência dos instrumentos de política pública na sua promoção. Proponho: - A aprovação do II Plano Municipal para a Igualdade e Responsabilidade Social para o período de 2017-2019, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, em conformidade com a alínea k) do nº1, do art.º 33º do Anexo I, da citada Lei nº 75/2013; - Que se remeta à Assembleia Municipal em cumprimento do disposto na alínea h) do nº1, alínea k) do nº 2 do art.º 25º conjugado com a alínea a) do nº 1 do art.º 33º do Anexo I, do mesmo diploma atrás citado.” A Vereadora Dra. Gracinda Leal fez a seguinte intervenção: Concluído o plano para o período de 2014/2016, podemos afirmar que, na sua globalidade, decorreu conforme o previsto, as ações foram cumpridas, quer ao nível de cronograma, quer de público-alvo, quer de resultados alcançados e metodologias utilizadas, tendo-se verificado alguns desvios, o que resulta, essencialmente, do facto de grande parte dos recursos utilizados terem sido internos, e do facto de termos recorrido a parceiros estratégicos na área da formação como o CEFA e INFORNA-TE para ministrar a formação, levando a alguns desvios de calendário. Para a execução dos objetivos previstos, realça-se o empenho da gestão de topo – o Executivo, o contributo ativo dos/as trabalhadores/as do Município e das entidades parceiras em sede de diagnóstico organizacional e construção do Plano Municipal, que permitiu produzir conhecimento nestas temáticas e propostas de intervenção para a inibição das desigualdades e para a potenciação da igualdade de oportunidades e de género. Os objetivos propostos assentaram em duas vertentes de intervenção (interna e externa) e visaram sensibilizar as pessoas para a importância do bem-estar e motivação profissional dos/as trabalhadores/as como fator catalisador de melhorias na produtividade e na qualidade do serviço público prestado, através da valorização da imagem dos serviços, tornando-os exemplares no âmbito da

igualdade e responsabilidade social. Ao nível dos principais resultados de impacto do processo empreendido, encontramos atualmente uma organização mais aberta e disponível para interiorizar os princípios da igualdade, pessoas motivadas, quer ao nível do diretivo, quer operacional, para empreender mudanças estruturais na forma como a entidade sente e vive a igualdade e a responsabilidade social legitimidade de intervenção por inclusão dos princípios da igualdade nos objetivos estratégicos e principais instrumentos de gestão do município, pessoas formadas, capazes de dinamizar e mediar o processo de implementação das diferentes medidas de igualdade e uma Conselheira Local para a Igualdade com reconhecido potencial de liderança e gestão, com sensibilidade e empenho para empreender a mudança e com uma capacidade extraordinária de mobilização de vontades e objetivos comuns no sentido de alargar a esfera de atuação ao exterior, concretamente, à Rede Social do município. Surge, agora, o desafio de dar continuidade à estratégia municipal de promoção e integração da Igualdade, Cidadania e da Responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis para o biênio 2017/2019. O presente documento aposta em várias áreas de atuação, suportando-se na adoção de políticas locais para a Igualdade de Género, Cidadania e Responsabilidade Social nas diferentes áreas da Administração Pública Local, através da integração de instrumentos que visam a integração destas perspetivas, nomeadamente no Urbanismo, Habitação e Ambiente, Educação, Saúde e Ação Social, Cultura, Desporto, Juventude e Lazer, Gestão de Pessoas, Comunicação e Cidadania Participativa, bem como a Mobilidade e Segurança. Os objetivos propostos e as medidas a implementar, durante a vigência do plano continuam a ser pensadas nas duas vertentes de intervenção – A Vertente Interna e a Vertente Externa. Na Vertente Interna o objetivo continuará a ser o de sensibilizar para a importância do bem-estar e motivação profissional dos/as trabalhadores/as como fator catalisador de melhoria na produtividade e na qualidade do serviço público prestado, através da valorização da imagem dos serviços, tornando-os exemplares no âmbito da igualdade e responsabilidade social. Já na Vertente Externa do Plano, é vontade do Município reforçar a sua intervenção nos domínios da ação social educação, saúde, urbanismo, habitação, ambiente, desporto, cultura, juventude e sociedade civil, por se considerar que estas áreas são merecedoras de um maior investimento no sentido do alargamento e aprofundamento das respetivas medidas. Pretende-se, ainda, garantir a articulação entre o V PNI e os planos e programas nacionais existentes no âmbito de políticas sectoriais ou transversais relevantes para a construção e o aprofundamento da igualdade de género e da não-discriminação em função do sexo e da orientação sexual, bem como assegurar que também estas dimensões se encontram integradas nesses instrumentos estratégicos. O II Plano Municipal para a Igualdade e responsabilidade Social do Município de Oliveira de Azeméis define como principais finalidades: - Apoiar a implementação de políticas concelhias integradas ao nível da promoção da Igualdade e da Responsabilidade Social; - Contribuir para a redução/ minimização das principais formas de desigualdade patentes no Município de Oliveira de Azeméis; - Sistematizar um conjunto de objetivos operacionais e medida que precisamos conhecer e interiorizar para que a nossa ação quotidiana assente em boas práticas.

Esperamos ver concretizados: - Implementar o I Plano Municipal de Combate à Violência Doméstica e de Género do Município de Oliveira de Azeméis; - Aplicar as ferramentas de monitorização da Carta Europeia para a Igualdade entre Mulheres e Homens na Vida Local, dando sequência ao Compromisso assumido em 2012; - Implementar os “Guias para a Integração a Nível Local da Perspetiva de Género” criados no âmbito do projeto LGE (Local Gender Equality) – EEA Grants, promovido pelo CES Coimbra e CIG, em parceria com os municípios de Póvoa do Lanhoso, Lagoa, Ferreira do Alentejo, Mangualde e Pombal, com os seguintes temas: mobilidade e transportes; urbanismo, habitação e ambiente; cultura, desporto, juventude e lazer; saúde e ação social; violência no trabalho; gestão de pessoas, formação e emprego; educação; segurança e prevenção da violência no espaço público; - Monitorizar a nossa ação através do acompanhamento das ações desenvolvidas e avaliação dos resultados do processo de mudança, para se aferir dos progressos realizados quanto à política de promoção da igualdade de género, com base no recente instrumento de medida criado, o Índice Municipal para a Igualdade; - Avaliar o Plano Municipal, de acordo com os princípios básicos de: imparcialidade, transparência de processos e participação dos stakeholders; - Desenvolver todo o trabalho necessário com vista a responder aos requisitos da norma NP 4469, para, assim que estejam reunidas as condições necessárias, solicitar a certificação de acordo com este referencial normativo, reforçando o nosso Sistema Integrado de Gestão da Qualidade Municipal. Os passos fundamentais para a prossecução de um novo ciclo estão dados pela nossa organização, o rumo está definido, os principais agentes encontrados, estão criadas as condições de empreender caminho rumo a uma sociedade mais igualitária, na qual estejam defendidos os mais importantes valores de equidade, coesão e de igualdade entre as pessoas, uma sociedade mais consciente e comprometida com práticas de cidadania, com oportunidades de vivência plena das capacidades e potencialidades de cada um e de cada uma, enfim, uma sociedade que promove e veicula os direitos e liberdades inalienáveis e fundamentais da igualdade, e não discriminação. Seguidamente o senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: Este plano deveria começar a contemplar também a sensibilização dos partidos políticos e das suas comissões políticas para em futuras listas autárquicas ou legislativas darem mais uma igualdade de género nas coisas e não cumprirem rigorosamente a Lei. O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: é um documento muito bem elaborado e muitíssimo interessante. É excelente ver que maioria das medidas previstas foram concretizadas e que os objetivos agora são mais ambiciosos. Este plano municipal é estratégico, importante, não obriga a grandes investimentos financeiros e permite criar um conjunto de instrumentos que nos valoriza. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO** =====

===== **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL, AO ABRIGO DO DL 165/2014 RERAE – EXPLORAÇÕES PECUÁRIAS (I/10033/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - os requisitos previstos no art.º 5º do DL 165/2014 de 5/11, relativo à oportunidade extraordinária de regularização de atividades económicas; - que o art.º 6º do referido diploma admite que a regularização extraordinária se possa processar por conjuntos de explorações, enquanto setor de atividade específico; - o exposto no I/10117/2017. Proponho que a câmara municipal delibere remeter à Assembleia Municipal os pedidos de reconhecimento de interesse público municipal das explorações pecuárias, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas, para efeitos de subsequente candidatura à regularização extraordinária dessas explorações, na entidade coordenadora competente para o seu licenciamento, ao abrigo do DL 165/2014 de 5/11.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **FINANÇAS E CONTABILIDADE** =====

===== **AUTORIZAÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE TERRAS DE SANTA MARIA – AMTSM (I/10414/2017):** Pelo Vereador Dr. Pedro Marques, foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com a Deliberação tomada na reunião do Executivo de 31/08/2007, submeto as Transferências a efetuar para participação nas despesas da AMTSM, evidenciadas nas seguintes Faturas: Fatura nº 255/2016: 1.671,94€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Novembro de 2016; Fatura nº 256/2016: 4.482,15€ - Transferências Correntes de Novembro de 2016; Fatura nº 257/2016: 49,83€ - Transferências de Capital de Novembro de 2016; Fatura nº 279/2016: 5.050,59€ - Transferências Correntes de Dezembro de 2016; Fatura nº 280/2016: 8,17€ - Transferências de Capital de Dezembro de 2016; Fatura nº 291/2016: 694,21€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Dezembro de 2016; Fatura nº 309/2016: 32,36€ - Transferências Correntes - STAR (Sistema de Tratamento de Águas Residuais) – Substituição de Tampa de Caixa OL045 (Emissário Lixiviados); Fatura nº 5/2017: 4.272,61€ - Transferências Correntes de Janeiro de 2017; Fatura nº 6/2017: 326,77€ - Transferências de Capital de Janeiro de 2017; Fatura nº 17/2017: 573,02€ - Transferências Correntes relativas ao funcionamento do CIAMTSM de Janeiro de 2017; Os encargos resultantes da presente proposta de deliberação estão suportados em termos orçamentais, possuindo compromissos de fundo disponíveis os nºs 1210 e 1211 de 2017, conforme determina a Lei nº8/2012 de 21 de Fevereiro.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA – SUBSÍDIOS (I/10624/2017):**

Pelo Senhor Presidente Dr. Isidro Figueiredo, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - o previsto na alínea b) do artigo 3.º da Lei n.º 22/2015 de 17 de março, diploma que procede à quarta alteração à Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pelas Leis n.ºs 20/2012, de 14 de maio, 64/2012, 20 de dezembro, e 66-b/2012, de 31 de dezembro, consideram-se «Compromissos Plurianuais», “os compromissos que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido” - que, conforme dispõe a alínea c) do n.º1 do artigo 6.º do referido diploma legal, e posteriores alterações e o artigo 12º do Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, preconiza ainda que “Assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica (...) acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios, está sujeita a autorização prévia do órgão Deliberativo, quando envolvam entidades da administração local.” - que foi aprovada, por deliberação da AM, de 26. nov. de 2015, a autorização genérica no capítulo VII “Assunção de Compromissos Plurianuais – Autorização Genérica da Assembleia “ pontos 1.a); 1.b) e 2. do relatório orçamental de 2016, nos seguintes termos: “1.a) Ao abrigo das disposições legais enunciadas, do enquadramento efetuado e por questões de prudência e racionalidade, se submeta a aprovação da Assembleia Municipal, com o consentimento legal previsto no artigo 22º do Decreto-lei n.º197/99, de 8 de junho e ao abrigo do disposto nos artigos 6º, n.º 1, alínea c) da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações e artigo 12º do Decreto-lei 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações, no sentido de emitir autorização genérica favorável para a assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2016, referentes a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais do que um ano económico, ou em ano que não seja o da sua realização, que não excedam o limite de € 99.759,58 em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; - a assunção de compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia e genérica concedida nos termos referido só poderá efetuar-se quando, para além das condições aí previstas, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e no Decreto-lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas. 1.b) Ao fim de cada ano seja dado a conhecer à Assembleia Municipal uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. 2. Aprovação dos compromissos plurianuais constantes do orçamento e GOP do ano 2016, nos termos e para os efeitos estatuídos no art.º 12º do DL 127/2012 e posteriores alterações.” - que a 31 de dezembro, a lista abaixo, encontrava-se vencida, não sendo possível efetuar o pagamento, dado que não estavam cumpridos os requisitos legais (falta entrega de documentos justificativos e/ou relatórios), transitaram os valores mencionados para o presente ano económico, assim tal situação originaram compromissos plurianuais por força dos fatos retro citados. Assim, face ao exposto e para efeitos da alínea 1.b) da “Assunção de

Compromissos Plurianuais – Autorização Genérica da Assembleia “, leva-se ao conhecimento e autorização da Assembleia Municipal a listagem dos compromissos plurianuais resultantes, respetivos valores transitados com feitos em 2017.

<i>Entidade</i>	<i>Valor transitado</i>	<i>Descritivo</i>
<i>Clube de Ténis de Azeméis</i>	<i>€ 2.150,00</i>	<i>Apoio Financeiro 3º Open de Azeméis + Formação desportiva</i>
<i>Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de O. Azeméis</i>	<i>€ 1.000,00</i>	<i>Candidatura de Construção Novo Quartel</i>
<i>Sporting Clube de Bustelo</i>	<i>€ 2.500,00</i>	<i>Apoio Financeiro Azeméis é Vida + Apoio à Formação</i>
<i>Sporting Clube de Bustelo</i>	<i>€ 2.000,00</i>	<i>Apoio Financeiro Azeméis é Vida + Apoio à Formação</i>
<i>FAMOA</i>	<i>€ 2.500,00</i>	<i>Apoio Financeiro Marchas descem à Cidade e Carnaval de Verão 2014</i>
<i>FAMOA</i>	<i>€ 2.500,00</i>	<i>Apoio Financeiro Carnaval Oliveirense 2015</i>
<i>FAMOA</i>	<i>€ 2.656,90</i>	<i>Apoio Financeiro Marchas descem à Cidade e Carnaval de Verão 2015</i>
<i>Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis</i>	<i>€ 5.000,00</i>	<i>Apoio Financeiro para Plano e desenvolvimento de iniciativas Promoção e Dinamização empresarial</i>
<i>Associação da Escola de Ciclismo Bruno Neves</i>	<i>€ 5.000,00</i>	<i>Apoio Financeiro Programa de desenvolvimento desportivo</i>
<i>APPUL</i>	<i>€ 5.000,00</i>	<i>Apoio Financeiro no âmbito do Processo de qualificação do Pão</i>

Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== TOPONÍMIA =====

===== PROPOSTAS DE ADITAMENTO À TOPONÍMIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, SANTIAGO DE RIBA-UL, UL, PINHEIRO DA BEMPOSTA, CUCUJÃES, CARREGOSA, LOUREIRO E CESAR – APROVAÇÃO (I/10658/2017): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Propõe-se a aprovação da toponímia nos termos da ata, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, em anexo.” Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO =====

===== RELOCALIZAÇÃO DO TROÇO DE LIGAÇÃO DA RUA DO AMIAL À RUA DAS CANCELAS, SITO NA FREGUESIA DE S. ROQUE, OLIVEIRA DE AZEMÉIS (I/10568/2017): Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido da empresa PLATEC – Injeção de Moldes, Lda., sedeadada na Rua das Cancelas, na Freguesia de S. Roque, Concelho de Oliveira de Azeméis, de realocização/alteração do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, registado sob o E/3310/2017; - Que as razões invocadas para a dita realocização se prendem com a

necessidade urgente de ampliação da atual unidade fabril resultado das exigências do setor de atividade; - Que a empresa se compromete a executar todas as obras de alteração do arruamento de acordo com as orientações dos serviços técnicos municipais, instruindo o devido pedido de licenciamento de obras de urbanização; - Que esta operação implica a desafetação de 477m² de área de domínio público (parte do arruamento existente) para integrar o terreno do requerente, resultando ainda, e da mesma operação, a cedência de 711m² para a execução do novo arruamento; Considerando ainda: - O parecer favorável da Junta de Freguesia de S. Roque, anexo ao E/3310/2017; - A informação interna registada sob o I/9426/2016 do Gabinete de Projetos da Câmara Municipal; - O parecer técnico do Núcleo de Apoio às Atividades e Projetos Empresariais, registado sob o I/10572/2017, que reconhece de grande importância socioeconómica para o Município do investimento previsto realizar pela empresa na eventualidade da sua solicitação ser viabilizada, proponho: - Que se aprove o pedido de realocação/alteração do troço de ligação da Rua do Amial à Rua das Cancelas, sito na freguesia de S. Roque, no termos apresentados e validados pelos serviços técnicos da Câmara Municipal; - que na sequência desta aprovação, se delibere desafetar do domínio público a área de 477m² para integração do terreno do requerente, chamando-se a atenção para o facto de, na operação em questão, ser posteriormente cedida pelo requerente ao domínio público, mais área do que a desafetada.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: O objetivo não é melhorar a circulação e a acessibilidade, o objetivo é utilizar o espaço para permitir a ampliação das instalações. Esta alteração tem como objetivo aumentar o terreno disponível junto da fábrica existente de modo a permitir a ampliação das instalações, esse é que é o objetivo. Depois diz que esta melhoria de infraestrutura é de interesse municipal uma vez que vai proporcionar melhores condições de circulação e estacionamento. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Helder Simões que disse: Eu conheço bem o espaço, tive oportunidade de falar com o promotor deste investimento sobre este assunto e efetivamente o objetivo é ampliar a fábrica. Este arranjo urbanístico vai beneficiar as empresas do mesmo grupo, no entanto não estamos a prejudicar ninguém. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **OBRAS PARTICULARES** =====

===== **PI/695/2017 (I/10123/2017) – CARLA ALEXANDRA FERNANDES RODRIGUES** e Carlos Alberto da Silva Rodrigues, residentes na Rua Francisco Abreu e Sousa, n.º 220 – 3.º frente, União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, S. Tiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da seixa e Madail, deste município, requerem nos termos do art.º 54.º da Lei n.º 91/95 de 02 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003 de 23 de Agosto, lhe seja emitida certidão para efeitos de constituição de compropriedade dos seguintes prédios rústicos: **1-** Cultura, sito em Vila Chã, freguesia de S. Roque, deste município, com área total de 0,149000

ha, a confrontar de norte com Benjamim Silva e Costa, de sul com José Alves da Costa, de nascente com Rego e de poente com Benjamim Silva e Costa, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 775; 2- Cultura, sito em Vila Chã, freguesia de S. Roque, deste município, com área total de 0,149000 ha, a confrontar de norte com Rego, de sul com Neves, de nascente com Américo da Silva e de poente com Rego, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 777; 3- Cultura de regadio, sito em Vila Chã, freguesia de S. Roque, deste município, com área total de 0,190000 ha, a confrontar de norte com Regato, de sul com Herdeiros de Manuel Luís Henriques, de nascente com Albano Ferreira Moreira e de poente com Padre Mário Ferreira, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 2174. Após análise e votação na forma legal, foi deliberado por unanimidade deferir o pedido. =====

===== **PI/270/2014 – MARIA LUÍSA DE SOUSA ALEIXO DUARTE – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXA DEVIDA PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM ESPLANADA FECHADA (I/10479/2017):** Pelo Vereador Dr. Ricardo Tavares, foi

apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - O pedido de isenção do pagamento da taxa de ocupação do espaço público com esplanada fechada, registado sob o E/36360/2016, - a necessidade de estimular as atividades comerciais nas ruas e praças pedonais do concelho; - que da dinamização das atividades comerciais e outras iniciativas resultará a promoção e animação do centro urbano da cidade; - que na atual conjuntura económica do país, o pagamento de taxas desincentiva a instalação de esplanadas e outras iniciativas dinamizadoras das atividades económicas; - que a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais relativamente às taxas aplicadas pelo município, nos termos do art.º 6º do Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais, proponho: Que se aprove remeter à Assembleia Municipal, com os fundamentos e ao abrigo das disposições legais referidas nos considerandos que antecedem, e sem prejuízo do licenciamento ou outros procedimentos legais exigíveis, a aprovação da isenção de taxa pela ocupação do espaço público com esplanada fechada para os meses em que tal isenção não decorre do atual regulamento municipal de ocupação do espaço público - 6 meses, no valor de 709,80€.” O Senhor Presidente concedeu o uso da palavra à Vereadora Dra. Ana de Jesus que disse: A minha intervenção neste ponto entronca, de certa forma, no ponto seguinte. Temos que pensar seriamente que receitas queremos para a autarquia, porque criamos regulamentos de taxas que, de uma maneira ou de outra, vamos ignorando. Se entendermos que este género de licenciamentos e afins não são importantes, preferindo abdicar deles em termos de regulamento, de forma a termos uma política coerente para todos os municípios. Neste primeiro pedido, entendemos que aquele espaço não dignifica a rua pedonal. Relativamente aos quiosques, já vivemos anos mais difíceis e esta questão nunca foi levantada, pelo que não percebo por que é que só agora vem este pedido de isenção. Não consigo perceber esta filosofia de isenção e de apoio, porque acho desigual para quem comprou ou arrendou um espaço para vender gomas e/ou jornais. Devemos perceber se queremos abdicar desta receita de uma vez por

todas e caso seja esse o entendimento devemos assumi-lo publicamente. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Vereador Eng.º Joaquim Jorge que disse: Em relação a este primeiro ponto, achamos que esta esplanada não deveria existir naquele espaço. É uma esplanada que prejudica a qualidade do nosso espaço histórico e que não dignifica aquele local, embora perceba os motivos do proprietário que, naturalmente, quer rentabilizar ao máximo o seu negócio. Se cada um dos proprietários dessa rua resolver fazer uma esplanada com aquela tipologia, vamos ter completamente descaracterizada uma zona fulcral da nossa cidade. Ao isentarmos as taxas de ocupação do espaço público estamos a criar condições de falta de equidade, estamos a favorecer um negócio em detrimento de outro. O mesmo se aplica aos quiosques. Ver este tipo de medidas em ano de eleições é algo que não me agrada. Nós tivemos oportunidade de apresentar esta medida num período de austeridade e não o fizemos. É evidente que neste momento essa crise não se sente da mesma forma e, portanto, digamos que os fundamentos que estão na base deste pedido de isenção generalizada não faz, na nossa opinião, nenhum sentido. Se esta medida não é uma medida eleitoralista, é pelo menos estranha. O Vereador Dr. Ricardo Tavares esclareceu: Eu percebo os argumentos em relação ao ponto nove e atendendo ao histórico da posição tomada em anos anteriores. A verdade é que nós já tomamos várias deliberações no sentido de apoiar e aprovar a isenção e ocupação do espaço público com esplanadas, esta é a única que é fechada e pede isenção. Quanto à isenção de pagamento de taxas de ocupação do espaço público por quiosques, o pedido foi formulado pelos proprietários. O Senhor Presidente fez a seguinte intervenção: Nós não nos podemos demitir das nossas funções e das nossas responsabilidades. Eu sei que é um ano de eleições, não estamos ainda em campanha eleitoral e não estamos quartados da nossa capacidade de tomar decisões e, por isso, esse não é um argumento que tem que ser determinante nesta matéria. Agora posso e devo considerar que algumas das observações que aqui foram feitas, relativamente à fundamentação para esta isenção total, mereçam pelo menos uma melhor reflexão. Nesse ponto de vista, eu sugiro que se retire o ponto dez da ordem de trabalhos. Após análise da mesma e votação na forma legal, foi deliberado por maioria, com quatro votos contra dos Vereadores do PS, quatro votos a favor dos Vereadores do PSD e o voto a favor do Senhor Presidente, aprovar a proposta apresentada. =====

===== PEDIDO DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO POR QUIOSQUES, DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS – ART.º 6.º DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS, LICENÇAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS (I/10578/2017): Retirado para melhor análise. =====

===REUNIÃO PÚBLICA MENSAL – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO ===

===== Aberto o período de intervenção ao público, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao munícipe Senhor António Matias, residente nesta cidade, que fez a seguinte

intervenção: Em primeiro lugar, saudar o novo Executivo. Esta minha intervenção prende-se com um tema já antigo, a zona de coexistência. Em 2016, fomos diariamente invadidos, através da televisão e dos jornais, sobre diversos movimentos reclamando de direitos, desde os sensatos até aos insensatos, que estão na constituição, que estão na Lei. Até hoje eu tenho usado da palavra, no entanto algumas dessas reivindicações foram feitas através de manifestações, greves e outros. Porquê? Porque têm apoios, alguns bem-intencionados e outros mal-intencionados. Nessa confusão de manifestações em 2016, eu tenho de, para minha satisfação pessoal, marcar a minha posição e por isso eu estou aqui hoje de novo. E porquê? Porque também quero reclamar um direito, contemplado no Decreto-Lei n.º 44/2005 e que consagra a zona de coexistência, onde eu diariamente venho comprar o jornal ou tomar o café e sou frequentemente agredido. Porquê? Porque essa zona de coexistência está mal identificada e deploravelmente sinalizada. Ora, quero reclamar que se faça alguma coisa. Só mais uma situação que me preocupa e que tem sido objeto de vários comentários, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é exímia em sepultar árvores: a primeira, foi junto à minha rua; a segunda, foi recentemente na nossa avenida; e depois há outras mais antigas: em frente à Câmara e em frente à Igreja Matriz. Seguidamente o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Eng.º António Rebelo que fez a seguinte intervenção: Aproveito para saudar o Senhor Presidente da Câmara. Referir que este regimento devia contemplar o Período de Intervenção do Público no início da reunião e não no final. Numa reunião de Câmara, há mais de um ano, entreguei documentação sobre vários assuntos e até hoje ainda não obtive respostas. Alguns desses assuntos ainda se mantêm e têm a ver com a organização da Câmara Municipal. Falei também de dois processos, licenciamentos industriais, que se inserem no Plano de Urbanização de Nogueira do Cravo/ Pindelo e Plano de Urbanização de UI/ Loureiro. Estes PU's, tanto o de Nogueira do Cravo/ Pindelo como o de UI/ Loureiro, têm um horizonte temporal de cinco anos para serem alterados, mas mesmo assim poderiam durante esses cinco anos serem alterados pontualmente e até hoje não fizeram essa alteração. O PDM de 2013, no seu art.º 26.º consagra os planos de alinhamento, afastamentos das construções, instrumento indispensável, na minha opinião, para um melhor ordenamento urbano. Fiz uma pesquisa no site da Câmara Municipal e verifiquei que os planos de alinhamentos são mínimos, não sei se haverá 1%, nem na cidade, nem nas vilas, nem nos espaços centrais existe e isso cria dificuldades. Penso que é um trabalho que se deveria fazer, não oneraria o orçamento da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, ficaríamos equipados e facilitaria a vida aos técnicos que analisam os projetos e depois aos Vereadores e ao Senhor Presidente da Câmara. Para finalizar a minha intervenção, referir a existência de uma lomba sobrelevada em frente à casa da minha sogra, em Nogueira do Cravo. Em 2007 solicitei que fosse retirada a referida lomba, porque fez fissuras na casa, para além de que já não se justificava a sua manutenção, o motivo principal era a existência e funcionamento da Escola Maria Godinho. O Vereador Dr. Ricardo Tavares mandou fazer um estudo e os técnicos da Câmara disseram que a lomba tinha que ser mudada, cerca de 20 metros mais à frente e o Senhor Vereador sem qualquer justificação indeferiu a pretensão e contrariou o

